



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

HULDA MARIA VITÓRIA CALALA

**A INFLUÊNCIA DO PROJETO COLONIAL E OS DESAFIOS DA
DESCOLONIZAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO
DE POLÍTICAS SOCIAIS EM ANGOLA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

HULDA MARIA VITÓRIA CALALA

**A INFLUÊNCIA DO PROJETO COLONIAL E OS DESAFIOS DA
DESCOLONIZAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO
DE POLÍTICAS SOCIAIS EM ANGOLA**

Projeto de Pesquisa apresentado à Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB), como requisito avaliativo do componente
curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida de Freitas.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

HULDA MARIA VITÓRIA CALALA

**A INFLUÊNCIA DO PROJETO COLONIAL E OS DESAFIOS DA
DESCOLONIZAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO
DE POLÍTICAS SOCIAIS EM ANGOLA**

Projeto de Pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito avaliativo do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Data de aprovação: 18/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida de Freitas (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Jorge Luzio Matos Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Eduardo Antônio Estevam Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO	6
2.1	DOMINAÇÃO PORTUGUESA	7
2.2	DESIGUALDADE SOCIAL	11
2.3	CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA	13
2.4	A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	14
3	PROBLEMAS DE PESQUISA	18
4	OBJETIVOS	19
5	METODOLOGIA DE PESQUISA	19
6	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

Este projeto corresponde ao início da minha pesquisa sobre o Estado angolano, referente ao acesso aos serviços públicos, considerando todos os processos que influenciaram diretamente os caminhos percorridos para a reconstrução nacional. Angola é um país da África Austral que, no período pré-colonial, já tinha nações com realidades políticas e sociais, segundo Filipe Zau (2008), embora mais tarde, tenha sido forçadamente ocupada, onde por cinco séculos esteve sob dominação das forças portuguesas.

Posteriormente pela formação de 3 principais movimentos de libertação: Frente Nacional Para a Libertação de Angola (FNLA), União Total para a Independência de Angola (UNITA), Movimento Popular Para a Libertação de Angola (MPLA) e o Governo Português, em 1974 por meio do acordo de Alvor, estabeleceu-se a independência do país a 11 de Novembro de 1975, prevendo-se posteriormente às eleições democráticas, descumpridas pelo MPLA que proclamou isoladamente a independência e expulsou os demais partidos da capital, assumindo o poder sem se ter realizado as previstas eleições, dando lugar a três décadas de guerra civil.

A partir de 1992, período em que se intensificava a guerra, dividiu-se o território por configuração das áreas de influência de cada partido político envolvido no conflito, daí surgiram as divisões étnicas e neste contexto mais de dois milhões de pessoas ficaram deslocadas e vítimas diretas da guerra, que durou até a 4 de Abril de 2002, quando os três grupos políticos assinaram o acordo de paz. Percebendo que a sociedade angolana tem uma história e que é anterior ao dia da independência ajuda a entender em como o autoritarismo pelo qual esta sociedade passou comandado pelo Estado Português, influenciou para a formação de uma nova forma social e com a nova perspectiva do multipartidarismo que se deu a partir de 1992, por consequência deste momento as relações foram construídas com desconfianças, resultantes também do longo período de conflito armado resultando em lacunas a nível da promoção de desenvolvimento social, democratização, descentralização política e administrativa.

Em síntese, a partir de 2002 que marca o acordo de paz e com ele o arranque do período de reconstrução nacional, a prioridade do Estado era a de defender e expulsar os invasores, o governo centrou sua atenção na área de segurança e defesa nacional, porém gerando pouco investimento para a área social, resultando num grande contexto de pobreza.

Nos dias atuais, apesar do tempo de reconciliação nacional, persiste em Angola inúmeros desafios, seu povo luta por justiça social, desenvolvimento equitativo e este projeto que tem como tema: **A influência da colonização e os desafios da descolonização na**

implementação e gestão de políticas sociais em Angola, a partir de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa tem como objetivo o de demonstrar por meio da análise de seus principais eventos históricos: independência, guerra civil e acordos de paz como as suas estruturas sociais, políticas e econômicas atuais foram moldadas por séculos de colonialismo e como influenciam na efetivação de políticas públicas referentes à saúde, assistência social e educação na sociedade angolana, olhando principalmente para o período pós-independência e que caminhos foram seguidos para o que a gente conhece atualmente como políticas públicas na realidade angolana.

2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO

Pelo projeto político pedagógico dos cursos da Unilab e olhando principalmente para o caso dos cursos do Instituto de Humanidades e Letras, torna-se comum durante o percurso formativo, muitos de nós, estudantes internacionais do continente africano comparar as realidades que inicialmente nos deparamos, com as realidades de vida dos nossos países, porém, não ignorando os problemas sociais que podemos visualizar para o caso do Brasil. Diante disto, surgiu a escolha do tema, dos questionamentos e interesses pessoais em perceber porque razão a sociedade angolana é tão desigual, o que aflorou ainda mais, com estas discussões que fomos tendo em sala de aula, principalmente quando o assunto em pauta culminava em debates e reflexões sobre as condições de vida do angolano e os acessos aos serviços públicos.

Embora percebendo que muito do que se aprende em Angola, até aos dias atuais continuam sendo resultados de construções ocidentais, é notável que apesar de tantos anos de Independência, sendo um país rico em recursos naturais e minerais, persistem problemas econômicos e sociais, de modos a mensurar como o território chegou até este estado, surgiu o interesse de fazer este estudo me apegando nos eventos que simbolizam as transformações sociais, de modos a entender também bem de que forma do colonialismo resultou nas desigualdades profundas que persistem, como por exemplo o estado de extrema pobreza em comunidades periféricas, as altas taxas de desemprego, as dificuldades de acesso aos sistemas de ensino e as debilidades nos serviços de saúde.

A proposta é a de trazer ao longo da minha pesquisa, uma contextualização histórica dos caminhos percorridos na construção da sociedade angolana e destacar como no processo de reconstrução nacional estes caminhos foram influenciados por heranças dos regimes colonialistas, pois só entendendo essas dinâmicas é possível identificar as áreas onde as

políticas sociais precisam ser mais eficazes e inclusivas, bem como olhar para a descolonização como um processo contínuo, para que possamos analisar como as dificuldades enfrentadas nesse processo têm diretas implicações no acesso à saúde, à educação e à infraestrutura.

Para início de pesquisa, realizei análises de discussões sociais sobre Angola, levantadas pelos meus colegas de Universidade e que podem ser achados no repositório como exemplo: O projeto de Domingos João (2018) com tema: Desenvolvimento sustentável como alternativa para a superação da pobreza em Angola, o de Márcia Issenguele (2023) com tema: O impacto das políticas públicas educacionais de acesso à educação básica no município da Quissama, de Sdney Fernandes (2023) tema: Os vícios coloniais: um estudo sobre o colonialismo e as colonialidades na sociedade angolana. Utilizei também como aporte teórico para a pesquisa a Lei de Base do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento nº 1/11 de 14 de Janeiro, os Planos Nacionais de Desenvolvimento, complementando outros textos a qual usei inicialmente para abordar os aspectos históricos durante o período colonial, desde a escravatura, período do trabalho forçado e a construção económica da época. A seguir parto por abordar sobre o período de guerra civil e como limitou a mobilidade de pessoas e bens, inviabilizando a expansão da economia e a transformando em informal pelo excesso de mão-de-obra. E por último o período de reconstrução nacional que começa com acordo de paz.

De modos a contribuir para a construção de um discurso crítico sobre esta relação de poder entre o passado/ presente que estão diretamente ligadas e que tem influenciado na qualidade de vida dos cidadãos, bem como contribuir também para a análise sobre as discussões de políticas públicas, de modos que elas sejam mais eficazes, inclusivas e equânimes, considerando as realidades históricas de cada região, reconhecendo e valorizando as identidades culturais locais que foram marginalizadas durante o colonialismo, de modos a promover o empoderamento dessas comunidades, sua autossuficiência e participação na elaboração e implementação de políticas que afetem as suas vidas.

2.1 DOMINAÇÃO PORTUGUESA: O TERRITÓRIO, ECONOMIA, MÃO-DE-OBRA E REVOLUÇÕES

A volta de 1482, quando os portugueses chegam a Foz do Rio Zaire e conquistam esta parte de África, incluindo o espaço geográfico que atualmente responde a República de Angola, eles estabeleceram alianças com o rei do Congo e estas alianças permitiram que construíssem portos, fortalezas e igrejas, bem como posteriormente a conquista de outros reinos como o Ndongo e Matamba, diante disto partiram por dividir o território pensando nas conexões

importantes para ganhos desta antiga metrópole colonial, como por exemplo, os principais rios de Angola correm na direção do Brasil e os seus maiores portos (Luanda e Lobito) faziam as suas ligações pelo Atlântico, respectivamente de Lobito para São Salvador (Mbanza Congo) e de Luanda para Pernambuco (Recife), onde essas ligações na altura eram consideradas o corredor de migração, proporcionando o avanço do comércio e da colonização, tornando assim as províncias de Luanda, Benguela e Namibe, nucleares no esquema de penetração portuguesa no interior, mas também como os principais os pontos de rotas comerciais, visto que os portugueses precisavam de mão de obra barata para as grandes plantações de cana-de-açúcar que estavam estabelecendo no Brasil.

Até 1575 predominavam as relações entre Portugal e o Reino do Congo, embora ter se iniciado na mesma época um período de resistência à ocupação, caracterizada pela guerra entre o exército Português e os estados do ciclo de Kwanza, até o século 18 muitos reinos opuseram-se a ocupação portuguesa, porém, com a morte do rei Nzinga Kanini sucessor do rei D. Afonso I, terminou o período de resistência à ocupação do ciclo do Kwanza, resultando em uma ocupação total do país, intensificando o tráfico de escravos e que só terminou quando, o governo português foi repreendido através de decreto internacional de 1878 que abolia definitivamente a escravidão.

A partir deste momento começaram a se fazer experimentos agrícolas, de modos a se encontrar um produto para substituir os escravos na pauta da exportação da colônia. Nesta senda, a plantação de café foi bem sucedida, intensificando muito mais a exploração ao norte do Kwanza, utilizavam de violência física para se apoderar das terras, levando a ocupação total do país e aumentando a presença de colonos e comerciantes brancos. Neste momento, a questão passou a ser de como cumprir a demanda de mão de obra barata para as fazendas de café. Então, através do decreto internacional os ex-escravos eram obrigados a prestar serviços assalariados para seus ex – donos, dando lugar ao serviço forçado, com a instituição do trabalho forçado que vigorou de 1878 à 1961.

E quando se efetivou o trabalho assalariado, os trabalhos mais pesados ficavam sobre responsabilidade dos angolanos, este trabalhador fica condicionado às vontades do patrão, nas minas, nas plantações e outras atividades, o horário de trabalho dependia do patrão e ao não cumprimento eram expostos a sanções e violências físicas. Sem falar que a transição do trabalho forçado ao assalariado é bem recente, sendo resultado da revogação do estatuto do indigenato em 1961, embora que mesmo após inseridos ao mercado de trabalho, esses trabalhadores ainda eram tratados como escravos pois raramente eram pagos, como afirmou Bender (2004), e mesmo sendo forçados a passar pelo processo de assimilação como forma de obterem os

mesmos benefícios que os brancos, ou, desempenhando as mesmas funções, os assimilados ganhavam três ou quatro vezes menos do que os trabalhadores europeus, pois eram classificados como trabalhadores de segunda categoria, porque segundo eles aos africanos valia a pena civilizá-los através da educação.

Apesar de existirem vários e numerosos grupos etnolinguísticos como os: Ambós, Bakongos, Hereros, Lunda-tchokwes, Nganguelas, Nhanecas-humbes, Ovimbundos, Quimbundos e Xindongas. Segundo Hernandez (2005), nas quatro primeiras décadas do século XX a população branca aumentou de nove mil para 44 mil indivíduos, a sua maioria eram artesãos, caixeiros, guarda – livros e tinham preferências em atividades ligadas ao comércio, os trabalhos que exigiam pouca qualificação, como serventes ou vendedores de loteria eram reservados aos europeus, os angolanos não estavam autorizados a tornarem-se motoristas de táxi ou mesmo vendedores, apenas a prestarem serviços forçados, o que motivou as revoltas da Baixa de Cassanje e Início da Luta Armada nesta mesma época (1961), nesta senda os nacionalistas africanos atacaram as plantações de café e algodão no norte do país, região onde se encontrava a maior concentração de contratados, essa rebelião, gerou o Decreto n.º 43.639 acabando então com o cultivo obrigatório de algodão, que era onde demandava grande quantidade de mão-de-obra.

Embora que pela conferência de Berlim, Portugal tenha ampliado sua presença nas suas colônias, passando então de 10 mil colonos em 1900, para 350 mil colonos em 1874 em solo angolano, durante este período o país experimentou também alguma liberdade política, com o surgimento dos primeiros partidos (Partido Reformista de Angola 1910 e a Liga Angolana 1912), mas para consolidação da mobilização do combate ao problema da discriminação e da repressão colonial, surgiram os movimentos de libertação: o MPLA liderado por Agostinho Neto, com uma orientação Maxista e fortemente Urbana: seus membros eram mestiços, assimilados e brancos, junto de uma minoria de Quimbundos, uma ideologia Maoísta, de seguida, surge o FNLA liderado por Holden Roberto, não defendia uma ideologia explícita, porém utilizava bandeira racial e era sustentada pela população Bakongo, majoritariamente rural e o terceiro é a UNITA liderado por Jonas Savimbi, seus membros eram do sul: Ngangela, Chokwe e Ovimbundos.

Dentre eles, o MPLA era bem mais organizado e estruturado, tendo inclusive uma formação para seus membros, com contactos internacionais importantes, como o da União Soviética. Este por ser o movimento mais antigo foi o primeiro a iniciar ações revolucionárias de luta pela independência, a partir de 1964 o país vivia em um novo período, o de celebração do acordo da independência, acordo de Alvor, com o objetivo de estabelecer a formação de um

governo provisório de transição. Os três líderes dos movimentos de libertação de Angola, (Agostinho Neto – MPLA, Jonas Malheiro Savimbi - UNITA e Holden Roberto – FNLA), estabeleceram uma força armada conjunta, estando sob a responsabilidade do Governo de Transição, a organização das primeiras eleições e nelas apenas seriam admitidos como candidatos os três líderes dos movimentos de libertação.

Esse acordo não foi cumprido, os três movimentos mantiveram suas tropas em condições de combate e internacionalizaram o conflito, recebendo o apoio de outros países como exemplo:

- a) MPLA – Soviético Bloco de Leste, Congo-Brazavile e Cuba;
- b) A UNITA – Estados Unidos da América e África do Sul;
- c) E a FNLA- China, Zaire e Romênia.

Quando, em Agosto de 1975, o V Governo Provisório de Portugal suspendeu o Acordo de Alvor com isso, intensificou-se a guerra civil e a meia noite de 10 de Novembro para 11 de Novembro de 1975 proclamou-se a Independência da República. Depois de Angola ter alcançado a independência de Portugal em 11 de novembro de 1975, em 1991 inicia-se o conflito entre os movimentos de Libertação pelo território angolano, com o intensificar da guerra, as relações entre o litoral e o interior agrícola enfraqueceram e as cidades cujas populações aumentaram, como o caso de Luanda, sobreviviam de alimentos importados, já em 1993, ano após as primeiras eleições legislativas a população desempregada na cidade de Luanda correspondia a 24% da População Economicamente Ativa (PEA), as mulheres foram as mais penalizadas neste processo, constituindo 67,6% da massa de desempregados, sendo que elas dominavam o mercado informal, 6 contra 32,4% de homens.

Em 1994 o país travou uma segunda guerra civil, causando o encerramento do parque industrial, a destruição de pontes, estradas, barragens, caminhos-de-ferro, a ruptura do sistema de saúde e de educação que vinha do regime colonial, com todo o cenário de violência, o medo dos massacres, da queima das habitações, das pilhagens, dos raptos, das violações e interrupção de atividades agrícolas mais de quatro milhões de pessoas ficaram deslocadas durante os vinte e cinco anos da guerra civil e nesse período o Estado não se mostrava capaz de garantir a segurança da população camponesa.

Este período fez com que parte significativa da população abandonasse o interior do país e migrasse para os centros urbanos mais próximos em busca de trabalho e de segurança intenso trânsito da população se fez no sentido das áreas urbanizadas, deixando o campo praticamente abandonado.

“As zonas rurais foram negligenciadas e deixadas as suas próprias estratégias de sobrevivência.” (Meijer, 2006, p. 2).

As famílias deslocadas viam no trabalho informal a possibilidade de garantir sobrevivência aos seus familiares, vendendo mercadorias nos mercados informais e nas ruas, o relatório nacional nº 2 (2002), revelou que 56% da juventude urbana dos 20 a 24 anos trabalhavam por conta própria no sector informal em 2001. A categoria masculina dos indivíduos com menos de 30 anos era considerada bastante atraente à criminalidade, particularmente em Luanda a incidência de crime era elevada. Segundo as estimativas da OIT de 2002, dos 5 milhões da população economicamente ativa com idades compreendidas entre 15 e 64 anos, trabalhavam no setor agrícola, em 2002, dos 7.300.889 do total da população rural, cerca de 1,10% da população estavam envolvidas na agricultura comercial, enquanto que todas as outras baseavam a sua existência na agricultura de subsistência.

Do período colonial os povos ficaram extremamente dependentes das formas de trabalho compulsório e estruturas económicas impostas e dos vinte e cinco anos de guerra, embora as revoluções tenham surgido com a perspectiva de resgatar a liberdade do povo, pelo grande número de deslocados e pela configuração do que era prioritário para o Estado (armamentos e investimento na defesa civil), parte desta população ficou desamparada, influenciando para a desigualdade social que se apresenta na comunidade angolana, mesmo passando vinte e dois anos do acordo de paz, inviabilizando o desenvolvimento do seu capital humano.

2.2 DESIGUALDADE SOCIAL

O fim da guerra civil, em 2002, constitui-se, assim, no acontecimento mais importante, pois alimentava a esperança de se consolidar a democracia, desenvolver o espaço que permitia o exercício dos direitos de cidadania segundo a constituição, bem como, dar início ao processo de arranque da economia, motor essencial para se empreender outros projetos, como, a edificação do estado social (Liberato, 2018). Porém com os problemas que enfrentava, houve a necessidade de um financiamento para a reconstrução de infraestruturas e reformas estruturais macroeconómicas com o objetivo de se reduzir o desemprego e o grau da pobreza e com estes objetivos o governo vem sendo confrontado ao longo dos anos pelos cidadãos, exigindo melhoria na prestação de serviços públicos, assim como transparência e maior efetividade das políticas públicas.

Na sociedade angolana um dos grandes desafios, pós independência, está diretamente ligado à desigualdade social presente no país, resultados da má distribuição de renda e na dificuldade de oportunidades de inclusão social e econômica, como: a pobreza, a falta de acesso a serviços básicos, em relação à saúde, educação e moradia, situações de exclusão social e falta de oportunidades de empregos e formações profissionais, se apresentam como reflexos de um paradigma resultante de herança do colonialismo.

Um destes paradigmas está diretamente ligada ao Colorismo, pois a predominância de brancos e mulatos/mestiços, desenvolveu uma estrutura social e organização hierárquica de poder: brancos, no topo, mulatos/mestiços, no centro e retintos/mbumbus/nativos, na base. Implicando nas distinções arquitetônicas, existências/ausências e funcionamento ou não dos serviços básicos do Estado (escolas, hospitais, distribuidoras de energia e água e policiamento), distribuição de renda e oportunidades de trabalho. Principalmente no caso de regiões do litoral, como o exemplo de Luanda que é a capital do país, a grande presença de brancos e mulatos na Baixa de Luanda, maioria residente, implicou o rápido desenvolvimento da região e na maior circulação de capital financeiro, comparando com zonas não urbanas (Musseques).

“Brancos no litoral fixaram a capital e puseram os filhos mulatos mais próximos da capital” (Azagaia part. Guto, 2013).

Ao contrário dos centros urbanos, os serviços básicos em zonas periféricas são precários, tornaram-se em zonas com elevados índices de criminalidade, evasão escolar e prostituição; ordenamento urbano constituído por construções anárquicas (casas de lata e de construção precária) e em zonas de riscos, sem saneamento, água potável, energia e, principalmente, uma rede de saúde ínfima e precária o que justifica a elevada taxa de mortalidade neonatal e infantil.

Apesar da independência o colonialismo ainda impera nesse território e o quesito cor/tonalidade da pele continuou sendo por longos períodos o principal demarcador para acessar e usufruir a plenitude de quaisquer serviços ou direitos: quanto mais claro é o indivíduo melhor é a posição social e geográfica ocupada. Nesse processo, o indivíduo com tom de pele mais clara, acabava tendo os mesmos direitos que o colono, na capital por exemplo, a cor da pele era critério para conseguir certos empregos/cargos, eram observados em empresas de telecomunicações como a Unitel, petrolíferas como a Sonangol, no setor financeiro como nos Banco Nacional de Angola e Banco Sol, canais televisivos e noutros espaços onde a maioria dos empregados são pessoas com a pele mais clara: “o atendimento nos balcões das lojas e dos bancos era feito por empregados com a tez mais clara” (Henriques, 2015). Ou seja, de maneira implícita apenas pessoas brancas e mulatas com ou sem experiência eram preferíveis para

trabalhar ou ocuparem cargos de destaque, como se pessoas mais escuras fossem menos capacitadas, sem habilitações e/ou não merecessem estar nesses espaços, centralizando e concentrando os cargos decisórios para uma minoria da população, assemelhando-se ao conceito conhecido como linha de cor, “permitindo aos mais claros ocuparem posições superiores na hierarquia social, enquanto os mais escuros serão mantidos nas posições inferiores, independentemente de sua condição (ou seus privilégios) de gênero ou quaisquer outros” (Geledés, 2016).

Com a repercussão desses casos algumas empresas começaram, nas contratações, a “Dar prevalência ao pessoal de raça negra porque fica mal ter maioritariamente mestiços” (Andrade, 2015). Mas essa mudança de paradigma, que resulta na aceitação de pessoas mais retintas em determinados cargos passou a ser condicionada pelo quão assimilado este indivíduo é, pelo quão despido está de sua cultura e do auto ódio que destila sobre os seus semelhantes, numa manobra de se aproximar mais do branco (Fortunato, 2021), ou seja pessoas com maiores níveis de escolaridade e com uma dicção mais próxima a do Português.

2.3 CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA

O regime português foi um órgão de repressão sistêmica na Metrópole e em suas colônias, concedendo poucos direitos cívicos aos seus próprios cidadãos e, praticamente, nenhum direito válido aos autóctones africanos (Davidson, 2000). Assim, não era significativa a participação da sociedade civil no contexto colonial. Manifestações fizeram-se presentes, principalmente através dos movimentos de libertação nacional, mas, no entanto, a conjuntura autoritária dificultava qualquer tentativa de participação por parte da população.

Em 1991 Angola adere às políticas democráticas, adotando então o multipartidarismo, a economia de mercado e a liberdade de expressão, surgindo então organizações no seio da sociedade e assumindo trabalhos na luta pelo desenvolvimento, porém só, a partir de 1994 que passou então a existir a participação social de uma sociedade civil, formais e não formais que demonstraram capacidades de assegurar a sobrevivência de cidadãs e cidadãos, segundo Pacheco (1994). Ex: O surgimento da OMA (Organização das Mulheres Angolanas), UNTA (União Nacional dos Trabalhadores de Angola), porém como o resultado dos conflitos a tentativa de autonomia da sociedade civil sobre estas organizações era inibida estando o Estado no controle dos mesmos.

Um outro exemplo é o da Fundação Eduardo dos Santos (FESA, <http://www.fesa.og.ao>), criada em 1996 uma fundação que surgiu com o intuito de garantir o

progresso social, cultural e científico em Angola, onde seu patrono era o Presidente da República e o próprio presidente intervia como pessoa privada, com fundos internacionais e nacionais ou seja alguns fundos provenientes do próprio Estado, portanto a FESA é apenas um exemplo do início da privatização do Estado, bem como da Centralização de recursos que é uma realidade no contexto angolano. E tais práticas continuaram sendo observadas com o surgimento desta e de outras organizações que foram atuando com influência de todo o trauma de longos anos de guerra que mergulhou a sociedade angolana em uma espécie de “cultura da violência e do medo”, que se reflete na falta de participação, na omissão e na submissão por parte dos angolanos em determinadas situações.

“Esse espaço tem a sua própria história traumática que influencia fortemente a capacidade dos angolanos de se organizarem e falarem publicamente.” (Comerford, 2005, p. 3).

E posteriormente, mesmo com o final do conflito armado, permaneceu a dificuldade de comunicação referente ao planejamento de políticas públicas entre o governo e a sociedade civil, embora com novos instrumentos legais e novas leis ainda se observa na estrutura do Estado a dificuldade de desenvolver uma maior participação das organizações na construção de políticas, por exemplo, o Orçamento Geral do Estado não repassa nenhum recurso financeiro para os Municípios e Comunas, o recurso é centralizado as Províncias exclusivamente, influenciando o nível de desenvolvimento destas regiões.

2.4 A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

A análise dos fundamentos de constituição do Estado leva a entender as suas implicações que em como na passagem de um modo de produção para o outro, este mesmo Estado muda sua forma de ação, mas mantém sua essência e função social, com um poder totalizador que tem o autocontrole do sistema, garantindo não só a manutenção da ordem, mas desenvolver diversas formas de atuações criando ferramentas para solucionar as questões sociais, em 2010 quando promulgada a lei da Constituição económica de Angola, ela veio estabelecer princípios e diretrizes para a organização e o desenvolvimento da economia do país, de modos promover o crescimento económico sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Após o acordo de paz, o governo passou então a construir o planeamento em Angola, adotando planos quinquenais (metas de 5 anos), especialmente olhando para o contexto, vindo de uma guerra civil que afetou significativamente as infra-estruturas e a economia do país, neste

sentido, o estado angolano começou a elaborar e implementar um conjunto de ferramentas a se materializar em espaço nacional inspirados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ambos da ONU, agrupando a prioridade do executivo em 6 eixo: Desenvolvimento Humano e Bem-estar; Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inclusivo; Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento; Desenvolvimento Harmonioso do Território; Garantia da Integridade Territorial de Angola e reforço do seu papel nos contextos Internacionais e Regional. Destes eixos, o 1º integra oito políticas: População; Educação e Ensino Superior; Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Saúde; Assistência e Proteção Social; Habitação, Cultura; Desporto.

De modos a alcançar estes objetivos e promover o desenvolvimento social, o governo angolano, criou o Sistema de Planeamento em Angola que é o conjunto de políticas, estratégias e práticas a serem implementadas, com o intuito de permitir a distribuição eficiente de recursos, de modos a se promover o desenvolvimento sustentado e harmonioso do país, permitindo uma repartição justa do rendimento nacional, preservação do ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos, definindo prioridades em infra-estruturas, saúde, educação e outros sectores importantes.

Ou seja, o Sistema de Planeamento em Angola serviria para elaborar, executar, registar, acompanhar e avaliar o planeamento nacional podendo se refletir em programas, ações, planos, estratégias e objetivos do Executivo, porém tal sistema foi aprovado em Assembleia Nacional, apenas em 2011 a partir da Lei de Base do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento nº 1/11 de 14 de Janeiro, tendo sido implementado em 2013 a partir do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017), naquela fase com objetivos de médio e longo prazo enumerados da seguinte ordem: Preservação da unidade e coesão nacional; Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; Melhoria da qualidade de vida; Inserção da juventude na vida ativa; Desenvolvimento do setor privado; Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Embora o governo reafirma-se a luta e trabalho por políticas inclusivistas, integralistas, desenvolvimentistas e harmonizadoras com a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), aparentam estar longes de se concretizar por conta de monopólios que se caracterizam ao longo da governação, importante destacar que Angola experimentou um período de forte crescimento econômico após o fim da guerra em 2002, até que a queda dos preços do petróleo a nível internacional desencadeou uma crise econômica em 2014. Por outro lado, o choque dos preços das mercadorias 2014 mostraram as fragilidades estruturais da economia angolana devido à

falta de diversificação econômica e consequente dependência fiscal da produção de recursos naturais.

As importações no país estão concentradas principalmente em bens básicos como: alimentos, calçados e bens mais complexos como equipamentos, automóveis, etc. segundo o Relatório do Fundo Monetário Internacional (2014), Angola gastava mais com subsídios para combustíveis do que com a saúde ou educação, tornando o Estado extremamente dependente as importações, sem possibilidades de reservas da moeda estrangeira e sem recursos para direcionar em saúde e educação que deveriam ser prioridades. Sem falar que não existe no país uma soberania alimentar, pois não há incentivo na produção agrícola, formação e capacitação de agricultores e muito menos infraestruturas para adoção de tecnologias modernas, transportes e armazenamento de alimentos, criando um problema na distribuição, não chegando às comunidades mais carentes e contribuindo para a desnutrição e a fome no país.

Lembrando também que em 2021 para enfrentar a crise econômica o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), obtendo um empréstimo de 3,7 bi (CEIC, 2021), ficando condicionado a implementação de reformas econômicas, entre elas: redução de gastos públicos. Ou seja, o modelo passado de não diversificação da economia faz com que as condições do país piorem, a economia continuou altamente concentrada em poucos setores, limitando as oportunidades de emprego e desenvolvimento de outros setores. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (2020), no último Índice de Pobreza Multidimensional de Angola, de Julho de 2020 64,8% da população angolana vive em pobreza multidimensional, sendo mais prevalente nas áreas rurais, destacando a importância de se pensar em políticas de combate a pobreza, visando melhorias no acesso a serviços básicos de saúde e educação, expansão do acesso à água potável e saneamento básico, promoção de igualdade de gênero, de empregos e renda.

Das atuais 21 províncias que o país tem, apenas 42% da sua população usa uma fonte de água apropriada para consumo, cerca de 53% dos agregados tem algum tipo de instalação sanitária em casa, podendo levar a muitos problemas de saúde. No caso da energia elétrica, nas áreas urbanas, 70% da população tem acesso a eletricidade, enquanto que nas rurais apenas 10% têm acesso.

No que diz respeito a educação segundo o relatório do Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF, 2020), aproximadamente 33% das mulheres entre 15 e 24 anos não sabem ler, comparando com 16% dos homens na mesma faixa etária, ou seja aproximadamente 64% das mulheres são alfabetizadas em comparação com os 84% dos homens, ainda no relatório do Instituto Nacional de Estatística(2020, p.38) as

províncias de: Cuanza-Sul (51,2%), Bié (52,6%) e Lunda-Norte (56,0%), são as províncias que apresentam taxa de alfabetização mais baixas do país. O ensino primário é obrigatório e gratuito, porém muitas crianças estão fora dele, a Lei de Base da Educação nº 17/16 de 07 de Outubro, decretou não apenas a gratuidade de acesso, mas a isenção de pagamento pela inscrição, assistência às aulas, material escolar e apoio social, como a merenda escolar para todos os que frequentarem em escola pública (2001), apesar que o apoio social é algo que não se implementou, uma das causas para a não implementação é a corrupção institucionalizada, como consequência: muitos alunos vão para a escola a fome e não têm acesso a uma alimentação de qualidade durante o dia afetando diretamente o desempenho escolar, concentração e capacidade de aprendizado, bem como evasão escolar principalmente em zonas rurais pois a pobreza e problemas estruturais são mais prevalentes, afetando até a taxa de conclusão, das crianças de 6 a 11 anos , 1,7 Mi encontram-se fora do ensino primário e das de 12 a 18 anos 3 Mi estão fora do ensino secundário.

No caso do ensino superior, existem universidades públicas e privadas, institutos politécnicos e outras instituições, as universidades públicas são mantidas pelo governo, já as privadas são mantidas por empresas ou organizações privadas e o acesso é feito por meio de um exame nacional de admissão realizado anualmente, sendo aptos aqueles com maiores notas. Referente à qualidade ensino, varia de acordo a região, sendo as rurais mais afetadas pela falta de recursos e professores qualificados, nisto a remuneração do professor também é um grande problema, causando uma crise educacional no país, com professores abandonando a profissão e por outro lado levando a uma problemática conhecida como “gasosa” ou seja, corrupção, como forma de facilitar o acesso a serviços públicos ou privados, mas no caso os públicos principalmente, no caso das escolas, acontecem por exemplo para garantir uma vaga ou facilitar a aprovação do aluno, indo contra os princípios da gratuidade, mas que prevalece.

No que diz respeito à saúde segundo o art. 77 da Constituição da República (Angola, 2010), a saúde pública deveria ser um direito fundamental para todos os angolanos. Infelizmente o sistema de saúde angolano enfrenta também inúmeros desafios, desde a infraestrutura adequada, falta de qualificação dos profissionais e falta de recursos financeiros, fazendo com que mesmo que existam inúmeros hospitais públicos e que deveriam ser gratuitos , a qualidade do atendimento é baixa, são cobrados os bens de primeiras necessidades em alguns hospitais e diante disto muitas pessoas recorrem a clínicas para atendimento médico de qualidade, porém cientes de que serão cobrados.

Deste modo, a falta de recursos humanos, bem como de projeto devidamente estruturado na perspectiva de melhoria do sistema primário faz com que a malária seja um dos

principais problemas de saúde pública e os gastos com saúde pública em Angola têm sido baixos em relação ao Orçamento Geral do Estado (OGE), ou seja de 2008 à 2026 os gastos com saúde pública variaram entre 6,7% à 4,35% do OGE, em consequência disso muitas áreas em Angola têm acesso limitado a serviços de saúde e torna difícil as pessoas acessarem serviços de saúde em áreas urbanas.

Logo desde o fim da guerra que se observa que o governos implementou um sistema de saúde voltado para pobres onde há necessidades de tudo e um sistema de saúde para a elite, pois criou e custeou com o dinheiro público clínicas privadas para atender polícia, militares, pessoas de classe média e os ricos do país.

Desta forma para melhorar os problemas de saúde pública, saneamento, educação, é necessário que o governo invista mais recursos, para infraestruturas para qualificar o pessoal, mas de certa forma é necessário olhar para estes programas existentes a atualizá-los pensando de acordo as condições atuais da sociedade angolana , frequentemente os hospitais não possuem medicamentos e quando possuem, não realizam análises clínicas , quando possuem análises os médicos e enfermeiros não são especializados, logo, é necessário envolver a comunidade, para garantir que a política a ser implementada seja efetiva, principalmente em zonas rurais e que tem sido mais negligenciadas.

3 PROBLEMAS DE PESQUISA

De que maneira os vícios coloniais têm afetado a implementação de políticas sociais no país?

Quais são os principais desafios enfrentados na implementação de políticas públicas após a independência?

Como as desigualdades sociais e econômicas herdadas do período colonial impactam a atual gestão das políticas sociais em Angola?

Como as políticas sociais em saúde e educação foram moldadas pelo legado colonial?

Existe uma desconexão entre as políticas sociais adotadas e as realidades sociais enfrentadas pela população angolana?

4 OBJETIVOS

Geral – Analisar a influência do projeto colonial e os desafios da descolonização no sistema político em Angola.

Específicos - Identificar os principais legados do colonialismo no sistema político atual em Angola;

- Examinar como os processos de descolonização têm influenciado a forma como as políticas sociais são formuladas e implementadas;
- Avaliar os desafios enfrentados atualmente na gestão das políticas sociais em Angola;
- Propor recomendações para a melhoria da implementação de políticas sociais, considerando uma abordagem decolonial.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa de formas a atingir os resultados esperados, o trabalho propõe a pesquisa mista, a qualitativa e documental, baseando na análise de documentos oficiais, relatórios e publicações acadêmicas sobre políticas sociais em Angola, que podem ser encontrados em arquivos, hemerotecas, dentre outros. Realização de entrevistas por videoconferência com especialistas, acadêmicos ou profissionais que atuam na área de políticas sociais. Estudo de Caso: Escolher um ou mais casos específicos de políticas sociais em Angola para uma análise aprofundada, combinando diferentes fontes de informação. Pesquisa Bibliográfica por meio de levantamento e revisão da literatura existente sobre o tema: livros, artigos e teses que discutem a relação entre colonialismo, descolonização e políticas sociais por análise comparativa: Comparar a situação de Angola com outros países que enfrentaram desafios semelhantes.

REFERÊNCIAS

- 1,3 BILHÃO de pessoas vivem na pobreza; grupos étnicos e mulheres são os mais afetados **ONU News**, 7 out. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1765812#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20relat>
- ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 138/13 de 24 de setembro de 2013**. Regulamento da Merenda Escolar. José Eduardo dos Santos. Luanda, I série, N.º 13, p. 2506-2508, 18 de setembro de 2013.
- ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 140/18 de 6 de junho de 2018**. Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza. João Manuel Gonçalves Lourenço. Luanda, I série, N.º 82, p. 3204-3209, 7 de maio de 2018.
- ANGOLA. Ministério do Planeamento. (2005a). **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. (Relatório de progresso). Luanda: Angola;
- ANGOLA. Ministério do Planeamento. (2012). Inquérito sobre o bem estar da população 2008- 2009. Luanda: Ministério do Planeamento.
- ANSTEE, Margareth Joan, **1997**: Órfão da Guerra Fria: radiografia do colapso do processo de paz angolano, Porto: Campo das Letras.
- BOFF, Leonardo. A fome sempre existiu, mas hoje ela resulta do consumo. **Ecodebate**, 2008. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/05/12/a-fome-sempre-existiu-mas-hoje-ela-resulta-do-consumo-artigo-de-leonardo-boff/>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- BJORCK, M. (1989). **Resumo e análise do relatório do Ministério da saúde sobre a situação de saúde em Angola**. Luanda: Ministério da saúde.
- CAPITA, Bernardo. “**Água para Todos**” abastece 9,8 milhões de habitantes nas zonas rurais. Cabinda. 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/agua-para-todos-abastece-9-8-milhoes-de-habitantes-nas-zonas-rurais/>. Acesso em: 17 abr. 2023.
- FELICIANO, Felizardo Chaves. **Políticas Públicas de Combate à Pobreza em Angola: análise do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), 2012-2013**. 2015. Tese (Mestrado em Políticas públicas) - Departamento de Ciências Políticas e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2015.
- GOVERNO de Angola, 2009: **Programa de Governo 2009-2013**, Luanda: Governo de Angola.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, **2011**: Inquérito Integrado Sobre o Bem-estar da População (IBEP). 2008-09, Luanda: INE.
- LEI de Base do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento nº 1/11 de 14 de Janeiro. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang170663.pdf>

MATOS, José Fernando. **O papel do Estado no desenvolvimento social e econômico em Angola a partir do final da guerra civil**. Salvador, 2023.

PAIN, Rodrigo de Souza. A centralização política e o autoritarismo em Angola. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.33, 2008.

PLANO Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Disponível em:

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033820.pdf>.

PLANO Nacional de Desenvolvimento 2018-2022. Disponível em:

<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>.

PLANO Nacional de Desenvolvimento 2023-2027. Disponível em: <https://www.mpla.ao/wp-content/uploads/2023/12/PLANO-DE-DESENVOLVIMENTO-NACIONA-2023-2027.pdf>

RODRIGUES, Cristina Udelsmann, Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz, **Revista Angolana de Sociologia**, 9 | 2012, 113-123